

O COTIDIANO DAS RELAÇÕES DE GÊNERO E AGRICULTURA FAMILIAR

Ana Carolina de Paula¹

Giane Franciele Negri²

Marize Rauber Engelbrecht³

Rosana Mirales⁴

Resumo: Objetivo do texto é analisar como se organiza o cotidiano das mulheres que moram na Linha Cerro da Lola, município de Toledo-PR, tendo como foco central as suas rotinas de trabalho e as formas de sociabilidade que estabelecem no território de moradia. Os resultados parciais da pesquisa, por meio de entrevistas com dezoito mulheres participantes do Clube de Damas ou Clube do Bolãozinho, indicam que as formas de sociabilidade diluem o segmento social considerado agricultores familiares, uma vez que ali convivem indivíduos e famílias de variadas condições econômicas, sobrepostas às condições de gênero, raça/etnia e gerações. Os resultados indicam que as mulheres entrevistadas têm como ocupação principal, em grande parte de seus horários, as atividades relacionadas ao trabalho que, nas formas assalariadas, apresentam-se com contratos informais (com recebimentos diários, assalariado urbano, por tarefas), combinadas com atividades de serviços domésticos e atividades agrícolas e pecuárias nas chácaras e sítios para aquelas que possuem terras. O trabalho das mulheres é, raras vezes, realizado com a contribuição de familiares, à exceção daqueles coletivos, com finalidades associativas.

1 Assistente Social, foi bolsista do projeto < anac-d-paula@live.com >.

2 Graduanda em Serviço Social, bolsista do projeto < gianefranciele@gmail.com >.

3 Professora na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/Campus de Toledo, colaboradora do projeto < omarize@hotmail.com >.

4 Professora na UNIOESTE/Toledo, coordenadora do projeto < mirales_ro@hotmail.com >. Registram-se as contribuições de Vidiane Forlin e Ivanice de Oliveira Cândido, foram bolsistas do projeto respectivamente como profissional recém-graduada e graduanda; Leoni Wammes, assistente social da UTFPR/Toledo e colaboradora do projeto < leoniw@utfpr.edu.br >; Loira Gund graduanda em Serviço Social, bolsista do projeto < loiragund@hotmail.com >.

Palavras-chave: Agricultura, Gênero, Política Social, Território, Trabalho.

Abstract: This text aims at examining how is the daily life organization of the women who live in Cerro line of Lola, Toledo-PR municipality, with the central focus their work routines and forms of sociability set in the home environment. Partial results of the research, through interviews with eighteen women who take part in the Ladies

Club or Club Bolãozinho indicate that the forms of sociability dilute the social segment considered family farming, since individuals and families of varying economic

conditions live together, above gender, race/ethnicity and generations conditions. The results indicate that the women interviewed have as the main occupation, a large part of their time, work-related activities, which, in salaried forms, present themselves with informal contracts (with daily receipts, urban wage, for tasks), combined with domestic service activities and agricultural and livestock activities in the farms and ranches for those who own land. Women's work is, rarely, carried out with the contribution of family members, except for those collective ones, with associative purposes.

Keywords: Agriculture, Gender, Social Policy, Territory, Work.

Introdução

Esse texto apresenta resultados parciais do projeto de pesquisa Relações de Gênero e Agricultura Familiar: Estudo na Linha Cerro da Lola, Toledo-PR, que encontra-se em desenvolvimento no período de 2013 a 2015⁵. O objetivo do projeto é aprofundar o conhecimento sobre os mecanismos de resistência das mulheres no campo. Nesse contexto, o texto apresenta, por meio da pesquisa realizada, as mediações decorrentes das

5 O projeto em desenvolvimento concorreu à Chamada nº 32/2012, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), por intermédio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Secretária de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR) e o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), e reservava recursos específicos para pesquisas voltadas às temáticas das relações de gênero no campo e na floresta (BRASIL, 2012).

formas de sociabilidade entre as(os) moradoras(es) de um dado território local e as políticas sociais desenvolvidas na região e visa a conhecer a dinâmica cultural das relações de gênero, presentes na organização das famílias de agricultores(as) e do trabalho realizado pelas mulheres nas chácaras ou sítios e também fora delas. O objetivo do texto é analisar como se organiza o cotidiano das mulheres que moram na Linha Cerro da Lola, município de Toledo-PR, tendo como foco central as suas rotinas de trabalho e as formas de sociabilidade que estabelecem no território de moradia. A questão norteadora que serviu como guia de condução no processo de investigação do projeto de pesquisa foi: há uma relação entre os processos de resistência cultural das agricultoras que compõem esses grupos familiares e as políticas sociais (serviços, programas, projetos, atividades)? A forma como se organiza a investigação proposta busca fortalecer as pesquisas e as perspectivas de gênero nos debates da/sobre a realidade do campo e agrária.

A metodologia adotada no projeto de pesquisa, abaixo apresentada, pressupôs aproximações sucessivas da realidade investigada e foi norteadada por parâmetros da ética na pesquisa, pela sistematização de informações primárias e secundárias e pelo aprofundamento teórico.

As mulheres participantes da pesquisa de campo são residentes na Linha Cerro da Lola – Distrito Dez de Maio, do município de Toledo-Paraná. Para a realização da pesquisa, foram feitas consultas aos agentes coletivos locais, como a associação de moradores e os grupos de representação por segmento social e, também, as instituições públicas que desenvolvem atividades no local.

Neste texto, priorizou-se a apresentação dos levantamentos realizados sobre o cotidiano das mulheres entrevistadas⁶ e ele está organizado com os argumentos que fundamentaram o projeto, decorrentes de estudos e revisões bibliográficas, bem como de sistematização de parte dos levantamentos realizados. Portanto, apresentam-se informações da pesquisa relacionadas ao perfil das mulheres entrevistadas e ao cotidiano em que se inserem, tendo como foco central as suas rotinas de trabalho e as formas de sociabilidade que estabelecem no território de moradia. Essa sistematização possibilita algumas considerações finais que podem consensuar as formulações de políticas de igualdade de gênero no campo e contribuir com

⁶ Este texto compõe-se com outros dois textos que analisam as informações sobre as composições familiares; e as moradias e as dinâmicas das chácaras ou sítios (a produção agropecuária, as formas de comercialização, o acesso ao crédito bancário), a saúde e o meio ambiente.

elementos para ampliação do debate sobre a realidade agrária no estado do Paraná e no Brasil – questão essencial para a adoção de políticas sociais.

Igualdade de gênero no campo

O sexismo reflete uma estrutura de poder, cuja distribuição desigual entre os sexos repercute nas relações de gênero. A repercussão dos “prejuízos” sociais e culturais decorrentes do sexismo são para os homens e as mulheres, mas o saldo negativo é maior das mulheres, que são, segundo Saffioti (2004), nos processos educativos e sociais, “amputadas” no desenvolvimento e uso da razão e no exercício do poder. O binômio docilidade/agressividade, que demarca os processos de sociabilidade, sobrepõe-se aos mecanismos culturais de sustentação dessa forma de desigualdade: a de gênero (SAFFIOTI, 2004).

No aprofundamento desse debate teórico, duas categorias tornam-se essenciais: gênero e patriarcado. A primeira, entendida como relacional e construída historicamente, sem condições de ser compreendida independente dos sexos, constitui-se em uma categoria ontológica, ou seja, que demarca os processos de transformações que levaram ao desenvolvimento do ser social. O vínculo orgânico entre sexo e gênero torna as três esferas da vida social (inorgânica, orgânica e social) uma unidade, ainda que sexo não seja gênero e vice-versa. Gênero ou sexo não se reduzem a biologia, mas não podem ser compreendidos fora dessa dimensão, uma vez que também compõem o corpo humano em sua condição biológica (SAFFIOTI, 2004). A segunda categoria, o patriarcado, por sua vez, constitui-se em uma categoria epistemológica que, com o desenvolvimento de outras formas de sociabilidade, poderá deixar de existir, uma vez que demarca a desigualdade de gênero, em favor do poder masculino sobre o feminino. A ampliação da igualdade de gênero necessariamente diminui a relação de hierarquia estabelecida dos homens sobre as mulheres e altera, então, a dominação patriarcal que sedimenta a opressão e a subalternidade feminina.

Esse processo sócio-histórico expressa estas e outras formas de sustentação das formas de ampliação das relações sociais, em que os direitos tornam-se o elo de sustentação de consensos entre as classes sociais, com a mediação fundamental dos Estados, que têm a hegemonia da burguesia e apresentam contradições em sua dinâmica. Por isto, os direitos são compreendidos como expressão de contradições, que legitimam a ordem burguesa e, ao mesmo tempo, expressam os confrontos e “consensos”⁷ entre

7 Entre aspas porque embutem-se nos consensos expressos nos direitos, as dispu-

as classes sociais.

Com o avanço das buscas pelos direitos à igualdade de gênero, impulsionadas pelos movimentos feministas e das mulheres, mudanças se apresentam no âmbito das políticas sociais como medidas em torno da gestão das políticas para as mulheres, com a criação da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, a realização de conferências nos âmbitos da federação, os planos nacionais e a Lei Maria da Penha (MIRALES, 2013). Ressaltam-se dois aspectos desse processo sócio-histórico: primeiro, as conquistas de cidadania das mulheres desenvolvem-se muito lentamente, demonstrando ser incapazes de subsidiar a velocidade em que ocorreu a entrada das mulheres no mercado de trabalho e nas buscas pelo acesso à educação e aos direitos de cidadania. O segundo aspecto é que ao se fazer as conquistas formais pelos direitos, a efetividade destes, na maioria das vezes, apresenta obstáculos, dificultando o pressuposto do direito e sua transformação em realidade.

O debate de gênero no campo, indica que “[...] as mulheres representam 47,8% da população residente no meio rural, o que corresponde a um contingente de 15 milhões de pessoas, muitas delas sem acesso à cidadania, saúde, educação e sem reconhecimento da sua condição de agricultora familiar, trabalhadora rural, [...]” (BRASIL, 2008, p. 141). O processo de formação social brasileiro segmentou as mulheres agricultoras familiares do país, fazendo com que elas ainda se sintam submetidas às escolhas do marido/pai/filho quanto às decisões a serem tomadas, levando a uma naturalização da dependência masculina e a sustentação do patriarcado. Ou seja, o fenômeno da desigualdade de gênero e do patriarcado perpassa as relações sociais, sendo necessário o aprofundamento do conhecimento de suas manifestações na cidade e no campo, na floresta e nas regiões ribeirinhas e beira mar.

A agricultura familiar na região do oeste do Paraná e a linha Cerro da Lola – Toledo/PR

No que diz respeito à territorialização⁸, a região oeste do Paraná caracteriza-se por apresentar boa qualidade de solo, favorecendo o desen-

tas nos processos que os constituíram e as pressões que os legitimam e também os negam.

8 Território compreendido como fruto das relações sociais estabelecidas em torno das apropriações espaciais, demarcando as formas de pressões, disputas e interesses expressos nos lugares pela “questão social”. No terceiro artigo que será produzido, resultante da pesquisa realizada, pretende-se aprofundar esse aspecto dos debates sobre a realidade agrária.

volvimento do complexo agroindustrial (MÜLLER, 1989) - tendência que ganhou lugar nos agronegócios, movidos pelo ciclo do capital produtivo do país e do mundo (SANT'ANA, 2012).

A ocupação agrária e agrícola no Paraná se intensificou a partir de 1850, quando o governador do Paraná concedia grandes **áreas** de terra às companhias particulares, principalmente inglesas e argentinas, para explorarem madeira e erva-mate. Essas companhias eram espoliadoras, depredadoras, exploradoras e expulsavam os posseiros e indígenas que ocupavam o território (COLODEL, 2003).

Em relação ao município de Toledo, a região foi colonizada a partir de meados de 1946, pela Indústria Madeireira Colonizadora Rio Paraná S.A. – MARIPÁ, em uma área que compreendia 274.846 hectares de terra (2.748 Km²), sob o nome de Fazenda Britânia (SILVA, 1988).

Segundo Gregory (2008), a colonizadora que se estabeleceu na região implantou uma colonização sistemática e seletiva direcionada à pequena propriedade, com adoção da cultura diversificada de produtos agrícolas. No processo de ocupação regional, foram selecionados agricultores que, segundo os critérios estabelecidos, apresentassem facilidade na adaptação⁹ à região e isto implicava, segundo os entendimentos adotados, em buscar candidatos no sul do país, descendentes de alemães e italianos, experientes na agricultura. Assim, segundo esse autor, a região teria sua estrutura fundiária, estradas e núcleos populacionais, demarcada pela experiência do espaço colonial das antigas áreas já colonizadas no sul.

As famílias selecionadas, segundo esse pressuposto, para ocupar as terras da região foram as de colonos gaúchos do Rio Grande do Sul e catarinenses de Santa Catarina e, confirmando os critérios adotados, descendentes de imigrantes italianos e alemães. A escolha pelo morador anteriormente colonizado no sul do país não foi aleatória, uma vez que ele tinha conhecimento da tecnologia agrícola possível para a época, considerada “mais evoluída”.

A cultura desses agricultores selecionados demonstrava a condição de possuidores de recursos necessários para aquisição dos lotes de terras. Para isto, a colonizadora definiu que as terras seriam divididas em pequenas propriedades denominadas colônias de 10 alqueires (ou 24 hectares),

⁹ Além de adaptado ao trabalho agrícola, o “elemento humano” (aspas nossas) também deveria ter a característica de “[...] pacífico e tranquilo, porque em uma área tão grande poderiam ocorrer desavenças entre os moradores, e os fatos desagradáveis seriam muito difíceis de serem controlados por uma empresa comercial particular.” (NIEDERAUER, 2004, p. 201).

que ainda hoje são denominadas chácaras¹⁰. Outra orientação para o processo de colonização era que cada grupo de colônias deveria estar provido de um povoado (GREGORY, 2008).

O município de Toledo-PR se constituiu de um espaço agrário demarcado pela presença de pequenas propriedades, fundado em uma dinâmica de agricultura diversificada e autossuficiente, ou seja, capaz de gerir condições de autossustentação para aqueles que foram colonizados. Toledo é considerado, atualmente, um município de médio porte com uma população de 119.313 mil habitantes (IBGE, 2010); apresenta uma agricultura resultante de uma expansão intensiva do capitalismo no campo, que transforma substancialmente as condições de produção, direcionada ao agronegócio, interferindo diretamente nas formas de organização dos produtores para a (re)produção no campo.

Como parte dessa dinâmica produtiva, demarcada por vários ciclos de modernização conservadora, as bases técnicas da produção, baseadas, anteriormente, em culturas tradicionais voltadas à subsistência, modificam-se, afetando profunda e diretamente, em maior escala, a produção familiar. Essa realidade social instiga compreender quais são as singularidades resistências das agricultoras, uma vez que, no desenvolvimento agrário brasileiro, esses processos também resultam na expulsão de parcela dos pequenos, ou seja, não asseguram a distribuição dos recursos igualmente.

A Linha Cerro da Lola constitui-se pela presença de agricultores familiares que intensificam a produção agrícola pela complementação dos membros da família e a diversificação da produção, justificando a seleção da região para realização da pesquisa. O entendimento é que pela família ser a proprietária e também a principal fonte de força de trabalho, a unidade familiar representa um espaço social e de reprodução das relações sociais; isto é, apresenta-se enquanto unidade de produção e de unidade social (ENGELBRECHT, 2012).

Nesse sentido, o trabalho desempenhado pelos membros da família na agricultura exige funções diferenciadas que se expressam na divisão sociotécnica e sexual do trabalho e manifesta desigualdades de gênero, uma vez que mantém a mulher em um papel secundarizado na hierarquia posta pelas relações de trabalho e pela organização familiar e que é naturalizado por suas condições biológicas.

No que diz respeito ao trabalho familiar, outro aspecto a ser consi-

10 Os sítios são considerados as pequenas propriedades um pouco mais amplas que as chácaras.

derado é a autoexploração. Ocorrem, muitas vezes, adoecimentos decorrentes da realização do trabalho e que somam-se à ausência na adoção de mecanismos preventivos e de proteção no manuseio de produtos tóxicos, de uso de equipamentos preventivos apropriados e também de excesso de trabalho, em que a concepção de “trabalhar para si” dificulta a definição de carga horária ou tempo de trabalho de acordo com as condições físicas (DELGADO, 2012).

Para a mulher, que tem suas atividades compostas por sua condição de mãe, dona de casa, agricultora e cuidadora, que exerce atribuições na família e na sociedade de convivência, o trabalho se realiza camuflando as jornadas de trabalho. Outro aspecto refere-se ao acesso à previdência social, uma vez que a realização do trabalho em relações autônomas ou informais dificulta a comprovação de recolhimento da contribuição.

Procedimentos metodológicos

A proposta de pesquisa foi formulada por duas pesquisadoras, uma que se dedica aos estudos das relações de gênero e outra à questão agrária. A seleção do local de pesquisa foi feito por meio do contato com a equipe da Emater e o critério adotado foi realizar a pesquisa em uma região do município de Toledo-PR que concentrasse agricultores familiares. A realização da pesquisa envolveu uma reunião entre a equipe do projeto de pesquisa e as organizações de Cerro da Lola – a Associação de Moradores, o Grupo de Idosos, a Associação de pais e professores da Escola São Pedro e o Grupo da Igreja Católica – que nos autorizaram realizar a investigação no local e indicaram o Clube do Bolãozinho ou Clube de Damas da Linha Cerro da Lola para sua efetivação, uma vez que esse grupo reúne as mulheres¹¹ moradoras no local.

Em seguida, fez-se uma reunião com o Clube do Bolãozinho, a fim de consultar a disponibilidade delas em realizar a pesquisa. Com o aceite das presentes, foi construído um cronograma de atividades, com a definição das datas que a equipe do projeto de pesquisa estaria presente nas reuniões e, simultaneamente ao desenvolvimento das atividades desenvolvidas pelas participantes, a equipe do projeto realizou as entrevistas. O critério adotado para a realização da entrevista foi a consulta individual à mulher associada ao Clube de Bolãozinho e o parecer favorável dela.

11 A indicação da Linha Cerro da Lola para realizar a pesquisa, teve a indicação de técnicos da EMATER (Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural) de Toledo-PR.

Foram entrevistadas dezoito mulheres, com roteiro de entrevista semiestruturada, previamente formulado pela equipe do projeto.

O projeto de pesquisa foi cadastrado na Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e na Plataforma Brasil (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa) e teve parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa da UNIOESTE. Para tais cadastros, foram realizadas apresentações do projeto aos agentes locais acima identificados, bem como externos, como as Secretarias Municipais de Saúde (Unidade Básica de Saúde, com a presença de equipe de profissionais de saúde, uma tarde por semana), de Agricultura e de Educação (Escola Municipal São Pedro) e a EMATER (Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural).

A forma de realização da pesquisa foi decorrente das observações feitas de que as condições objetivas para sua operacionalização seriam favorecidas nos momentos de convivência das mulheres. Por outro lado, também foi identificada a restrição na abordagem de alguns temas como, por exemplo, a violência doméstica (ou temas considerados tabus), que exigiria maior tempo de aproximação e convivência com as mulheres.

Na apresentação dos dados de pesquisa (ou informações), a contagem totalizará 18, que corresponde ao número de entrevistadas. Quando isto não ocorrer, entende-se que não houve resposta ou que não seria o caso de se obter resposta (não se aplica). Adotou-se o ponto e vírgula para diferenciar a resposta das mulheres.

Algumas palavras adotadas pelas mulheres durante as entrevistas mereceriam a investigação, como é o caso de agregado e arrendatário. Contudo, por estar além dos objetivos da pesquisa, expressam-se a forma como são compreendidos pela equipe, no contexto das falas em que se apresentaram. Considera-se que esses são termos usados nas diferentes regiões do Brasil e, às vezes, apresentam diferenças em suas adoções.

O cotidiano feminino

Todas as dezoito mulheres entrevistadas moram em Cerro da Lola, sendo que onze possuem terras e sete não (dessas sete, uma a mãe tem posses e outra herdará o sítio do pai). Sobre o perfil das entrevistadas, podemos dizer, com base nas suas respostas, que oito (44%) mulheres são Agricultoras; as demais (66%) dividem-se em: Agricultora e Assalariada Rural; Agricultora e Costureira; Agricultora e Dona de Casa; Agricultora, Dona de Casa e Costureira; Cabeleireira; Diarista e Assalariada Rural;

Diarista; Dona de casa e auxiliar de construção civil; Dona de Casa; e Operadora de máquinas (urbana). Considerou-se que todas elas realizam, também, trabalhos domésticos em suas casas. Ao se tomar como referência para o desenvolvimento da pesquisa o território e as formas de sociabilidade estabelecidas pelas moradoras em Cerro da Lola, diluiu-se o segmento social considerado agriculturas familiares, uma vez que em Cerro da Lola convivem os indivíduos e famílias de variadas condições econômicas, sobrepostas às condições de gênero, raça/etnia e gerações. Em algumas situações, também aquelas consideradas agricultoras, realizam atividades na propriedade e fora dela.

Quatro (22%) das entrevistadas declararam ser aposentadas devido à idade, uma (6%) declarou receber pensão decorrente da morte do marido e uma (6%) declarou já ter recebido Bolsa Família e Auxílio-Doença. Da parte das agricultoras observou-se existirem expectativas em relação a aposentadoria. Essa foi uma das dificuldades na aceitação da população local para que a pesquisa fosse realizada na região, devido temerem ou terem dúvidas dos destinos dados às informações (dados) coletadas. Diante disso, o tempo de dois anos para o desenvolvimento da metodologia adotada, de certa forma interferiu no tempo destinado a análise dos resultados da pesquisa.

Das dezoito mulheres entrevistadas, quinze (83%) se identificaram como brancas, uma (6%) como negra, uma (6%) como amarela e uma (6%) como parda; com idades entre 21 e 68 anos - 21, 22, 37, 42, 45, 46, 48, 49, 51, 52, 54, 63, 67 e 68 (uma); 32, 59 (duas). Dez (55%) têm origem no estado do Paraná e oito (44%) no Rio Grande do Sul. A maioria identifica-se como branca (83%) e está na faixa etária entre 42 e 59 anos (55%). Isso demonstra que são membros de familiares que vieram para região no período da colonização. Em algumas situações por elas vividas atualmente, as chácaras ou sítios encontram-se em fase de parcelamento, devido aos processos de herança. Esses processos indicam serem ricos em determinações de gênero, combinando outras questões como o casamento, a formação profissional, entre outras variáveis, para a definição da manutenção daquelas que permanecem no local e aquelas que se mudam para as cidades.

Quanto a primeira mudança de local de moradia, duas (11%) não se obteve resposta, uma (6%) mudou-se a primeira vez com 4 meses, uma (6%) tinha 3 para 4 anos, uma (6%) com 4 anos, uma (6%) de 4 a 5 anos, uma (6%) com 5 anos, uma (6%) com 6 anos, duas (11%) com 13 anos,

uma (6%) com 17 anos, uma (6%) com 19 anos, uma (6%) com 20 anos, uma (6%) com 22 anos, uma (6%) com 24 anos, uma (6%) com 25 anos, uma (6%) com 26 anos e uma (6%) com 37 anos, ou seja, entre as 16 mulheres que responderam, seis (33%) mudaram-se a primeira vez na infância, cinco (28%) entre 13 e 20 anos e cinco (28%) entre 22 e 37 anos. Sobre as razões dessas mudanças de local de moradia, ocorreram, às vezes, mais que uma resposta: para a maioria foi devido ao casamento (sete ou 39%), sendo que vários outros argumentos foram apontados, como: a aquisição de terras (quatro ou 22%), a busca por melhorias na situação econômica (três ou 17%), contrato de trabalho como agregados¹² (duas ou 11%), valor do aluguel (uma ou 6%), alagamento provocado pela Hidrelétrica de Itaipu (uma ou 6%); venda e compra de terras para adquirir o sítio que vivem (uma ou 6%); e uma registrou que não queria se mudar, mas era necessário buscar melhor qualidade de solo. Destacaram-se nas respostas que essas mudanças de local de moradia estiveram relacionadas, em sua maioria, aos processos migratórios vividos pelas famílias que deslocaram-se para região e ao casamento.

Quadro 1: Idade, estado civil, tempo de casamento e idade que se casou

Idade	Estado Civil	Tempo de casamento (anos)	Idade que se casou
48	Casada	Sem informação	-
32	Casada	11 anos	21 anos
49	Casada	27 anos	22 anos
59	Viúva	10 anos	-
63	Casada	43 anos	20 anos
67	Casada	46 anos	21 anos
42	Casada	25 anos	17 anos
51	Casada	23 anos	28 anos
46	Casada	Sem informação	-
52	Casada	27 anos	25 anos
22	Casada	6 anos	16 anos

¹² A definição de agregados passa pela forma como ocorreram as mudanças nas relações de trabalho e, geralmente, está associada a um período intermediário entre o meeiro em que pressupunha o uso das terras para produzir e a divisão do produto e o assalariamento.

68	Casada	49 anos	19 anos
21	Solteira	Não se aplica	-
45	Casada	29 anos	16 anos
59	Casada	34 anos	25 anos
37	Solteira	Não se aplica	-
32	Casada	Sem informação	-
54	Casada	32 anos	22 anos

Fonte: Projeto Cerro da Lola, 2014.

Quanto à condição civil de união conjugal atual, uma (6%) é viúva há dez anos, duas (11%) são solteiras e quinze (83%) são casadas. Doze mulheres informaram o tempo em que estão casadas: uma (6%) há menos de 10 anos, uma (6%) entre 11 e 20 anos, cinco (28%) entre 21 e 30 anos, duas (11%) entre 31 e 40 anos e três (17%) entre 41 e 49 anos. Das dezoito entrevistadas, entre as quinze casadas, oito (44%) casaram-se com a idade entre 20 e 28 anos, quatro (22%) entre 16 e 19 anos e três (17%) não se obteve a resposta. Conforme expresso acima, dez (55%) das mulheres entrevistadas está na faixa etária entre 42 e 59 anos, quinze (83%) encontram-se em união estável, sendo a menor idade declarada para ter realizado o casamento 16 anos (duas mulheres ou 11%).

Há uma variação de renda familiar entre as quinze que declararam: uma (6%) R\$ 8,00 a hora da diária; duas (11%) um salário mínimo, sendo que uma destas recebe pensão do esposo; uma (6%) R\$ 1.200,00; uma (6%) R\$ 1.300,00; uma (6%) um salário mínimo e meio; duas (11%) recebem dois salários mínimos; uma (6%) aproximadamente de R\$ 2.000,00 a R\$ 3.000,00; uma (6%) entre R\$ 2.500,00 mensal e R\$ 30.000,00 mil por ano; uma (6%) três salários mínimos; uma (6%) R\$ 4.000,00 mil por mês somando a renda do casal; uma (6%) R\$ 5.000,00 mil sendo o total de duas famílias parentes; uma (6%) R\$ 10.000,00 mil por mês; e uma (6%) não declarou a renda mas disse que obtém a renda por meio do trabalho com suínos e da costura.

Quadro 2 - Renda

Número de mulheres entrevistadas	Valor declarado (R\$) mensal
1 (6%)	8,00 (por hora) – diarista
2 (11%)	1 salário mínimo

1 (6%)	1.200,00
1 (6%)	1.300,00
1 (6%)	1 salário mínimo e meio
2 (11%)	2 salários mínimos
1 (6%)	2 a 3 salários mínimos
1 (6%)	Entre 2.500,00 mensal e 30.000,00 anual
1 (6%)	3 salários mínimos
1 (6%)	4.000,00
1 (6%)	5.000,00
1 (6%)	10.000,00
1 (6%)	Não declarou valor, mas a forma de obtenção
Total de mulheres que não responderam	(17%) 03
Total que responderam	(83%) 15
Total de entrevistadas	(100%) 18
Valor do salário mínimo em 2014	R\$788,00

Fonte: Projeto Cerro da Lola, 2014.

A renda familiar mensal declarada foi identificada: três (17%) mulheres declararam ter o rendimento mensal até um salário mínimo; oito (44%) entre um e três salários mínimos; três (17%) acima de quatro salários mínimos a dez mil reais; e uma (6%) declarou ter a renda de dez mil reais. Pode-se observar que as mulheres que trabalham como diaristas (em serviços domésticos ou rurais) têm menor renda familiar e, em algumas situações, pagam aluguel para moradia.

Com relação ao local e à forma de contrato de trabalho, nas situações de assalariamento e arrendamento, uma declarou que a área rural é do sogro e ela tem dois trabalhos (na chácara e como assalariada rural); uma muda de acordo com o término da construção (auxiliar de construção civil); e uma faz contratos por arrendamento¹³, porém recebe diariamente, pois, atualmente, a criação de suínos está parada devido à necessidade de adequação da legislação. Portanto, nessas situações, ocorrem trabalhos familiares e contratos de trabalho informais.

As diárias de limpeza em residências supõem o trabalho em quatro

¹³ O arrendamento pressupõe o pagamento pelo uso das terras durante determinado período.

casas, duas vezes por semana e em duas casas a cada 14 dias. Uma entrevistada (6%) declarou ser agricultora e acrescentou que ajuda o pai; outra (6%) relatou ser costureira e agricultora e relatou que possui com a sogra uma pequena fábrica de roupas fabricadas sobre medida e que contribui na produção de suínos; uma entrevistada (6%) que declarou ser operadora de máquinas é assalariada na empresa Prati Donaduzzi (produção de medicamentos); uma delas (6%) relatou ser agricultora com trabalho voltado para produção de suínos e de gado leiteiro; outra entrevistada (6%), cabeleireira, declarou que teve a oportunidade de fazer o curso para aprender a profissão. À exceção de uma assalariada urbana (6%), nas demais situações (94% das mulheres) apresentam-se as situações de trabalhos familiares e contratos informais.

Sobre as atividades que as mulheres realizam, foram obtidas as respostas de cada uma delas (6% nas respostas): 1) faz serviços de casa, tira o leite, trabalha na agricultura, cozinha, arruma a casa; 2) faz faxina em 13 casas, e faz a limpeza em casa (tem máquina de lavar roupas e cilindro elétrico); 3) faz faxina, capina, cuida da casa e do quintal; 4) tem horta, cuida da casa, leva o filho para a APAE e para fazer exames e na odontologia; 5) faz o almoço, a limpeza, cuida da horta, lava a louça; 6) ajuda a nora a tocar as vacas, limpa a estrebaria. Em casa lava a roupa, cuida do “velho”, faz a comida, faz massas, limpa o quintal, cuida da horta, cuida das netas e vende leite; 7) trabalha com suinocultura, cozinha, lava, passa a roupa, zela pelas pessoas (filhos) e faz artesanato; 8) tira o leite de 18 vacas, cuida de granjas de porco, cuida da horta, faz reciclagem, vende leite e faz os serviços de casa; 9) trabalha das 6:30hs as 23hs, e dentre as atividades que faz, descansa 15 minutos no meio dia e toma chimarrão. Trabalha no chiqueiro, faz café, volta para o chiqueiro e fica até as 12hs, faz o almoço, limpa a casa, lava e estende roupa, almoça, lava a louça, descansa 15 minutos. As 13:30hs costura, as 17:30hs come um lanche, as vezes faz caminhada ou vai no chiqueiro, costura até as 23hs ou vai fazer entregas; 10) ordenha vacas, trabalha na lavoura, faz o almoço, faz a limpeza da casa e cuida da horta; 11) costura e ajuda nos serviços do chiqueirão; 12) faz todo o serviço de casa, cuida da horta, lava a roupa, cuida do jardim, faz a limpeza de casa; 13) prepara os medicamentos líquidos e semissólidos (trabalha em indústria farmacêutica); 14) planta milho, mandioca, ordenha as vacas, cuida da casa, as vezes realiza o trabalho de diarista em casas na Vila; 15) cuida da casa, limpa o terreno, cuida da horta, passa veneno na agricultura, ajuda no chiqueiro; 16) cuida de suínos, do gado leiteiro

(corta pasto, realiza o trato e tira o leite); 17) faz os serviços da casa (lava roupa, almoço, limpa a casa), faz jardinagem, cuida das filhas; 18) o casal faz constrói por empreiteira e entrega no prazo assinado. Disso decorre a evidência que todas as mulheres entrevistadas há complementariedade nas atividades realizadas no cotidiano, que são combinadas entre o trabalho doméstico, agrícola e de serviços, demonstrando haver a pluriatividades e a diversificação da produção para aquelas que moram nos sítios e chácaras.

Na tentativa de melhor compreender o cotidiano das entrevistadas, foi solicitado com quem realizam as atividades e as respostas foram: uma (6%) das entrevistadas relatou que faz o serviço de casa e tira o leite sempre sozinha, já em relação ao plantio, o filho ajuda um pouco; uma (6%) desenvolve as atividades sozinha, o pai que tem 83 anos e ajuda um pouco; uma (6%) a nora colabora na maior parte das atividades; duas (11%) realizam sozinhas; uma (6%) os filhos e o marido; uma (6%) o filho e a nora, a filha e o filho e o marido; uma (6%) toda a família; uma (6%) a sogra e do sogro; uma (6%) a filha e o marido; uma (6%) o marido quando precisa; uma (6%) a irmã e a filha; uma (6%) a mãe; uma (6%) o marido; duas (11%) sem informação; duas (11%) não se aplicaram a pergunta. Observa-se que há o trabalho associado entre as pessoas, demarcando a concepção de agricultores familiares, no entanto, em algumas situações, pode-se identificar que são contribuições acessórias, do que pode-se deduzir a divisão do trabalho entre homens e mulheres, pois em nenhuma das resposta observou-se a descrição de atividades de gerenciamento como ir ao banco ou à empresa ou cooperativa a qual a atividade é agregada, deduzindo que essas atividades ficam na responsabilidade masculina. Nas descrições das atividades pode ser observado a “proteção” aos familiares, como aos filhos (às vezes com necessidades especiais ou deficiências) e parentes, combinadas aos serviços domésticos, agrícolas e pecuárias e de serviços que realizam.

A partir de tais depoimentos, pode-se observar a pluriatividade e a sobrecarga de trabalho. Nas atividades do campo, observam-se a complementariedade de atividades produtivas (produção de leite ou de gado para o abate), produções de suínos, para o consumo como a horta e também extensivas aos cuidados com a moradia, como o jardim e a horta, caracterizada pela diversificação da produção que caracteriza a produção familiar.

Por último, relacionado as suas rotinas, perguntou-se às mulheres sobre atividades que são complementares, que gostam de fazer e que “não consideram trabalho” e sobre o lazer. Nove (50%) entrevistadas disseram

que realizam atividades extra-trabalho, três (17%) não responderam e seis (33%) não coube fazer a pergunta. Confirmou-se que não há uma separação entre o que realizam como trabalho extra ou atividades complementares, o que dá a essas atividades um caráter, às vezes, de descanso, outras de complementação de renda e ainda de responsabilidades que assumem nas formas de socialização. Entre as que realizam tais atividades: uma (6%) declarou ser voluntária no grupo de idosos, nas festas da igreja e da escola; uma (6%) declarou participar das organizações nas festas; uma (6%) declarou fazer artesanato; uma (6%) declarou limpar a casa uma vez por semana e fazer crochê para vender; uma (6%) declarou cuidar de idosos e quando precisa corta unhas, corta cabelo (da irmã quando tirou os seis, dos avós, do marido, do pai, etc.) e declarou também que gostaria de ser enfermeira de idosos; uma (6%) declarou cuidar do pai (três vezes na semana) e faz as tarefas de casa; uma (6%) declarou fazer bolo eventualmente; uma (6%) declarou ser diarista uma vez por semana e uma (6%) declarou cortar cabelo à noite e que faz de tudo um pouco.

Diante das descrições, buscou-se conhecer os dias em que realizam as atividades: três (17%) realizam as atividades diariamente; uma (6%) trabalha na quarta, quinta e sexta-feira e no final de semana realiza as atividades em casa; uma (6%) trabalha 2 vezes por semana lavando a roupa, e 3 vezes por semana fazendo faxina. Cuida da horta todos os dias e dos suínos só quando tem necessidade; cinco (28%) trabalham todos os dias; uma (6%) trabalha de segunda a segunda, e no domingo também; uma (6%) trabalha de segunda à sábado; uma (6%) tira o leite 2 vezes ao dia, e faz o serviço de casa, da roça, corta o pasto e trata os animais todos os dias; uma (6%) trabalha a semana toda; uma (6%) não tem dia certo para a realização das atividades; uma (6%) realiza as atividades de segunda a sexta e as vezes sábado de manhã; duas (11%) sem informação. Ou seja, as suas rotinas combinam-se entre as atividades de trabalho, de “proteção” social, de lazer e convivência social e religiosa, sendo mais comum a realização das mesmas todos os dias da semana. Às vezes, pode ser observada a distinção entre os dias que realizam as atividades por sua finalidade, ou seja há distinção entre as que são voltadas ao espaço doméstico, as de “proteção” aos familiares, as que se vincularam às tarefas no campo e aquelas voltadas as formas associativas como as religiosas, de grupos organizados ou associações. No entanto, pode-se observar, durante a realização do trabalho de campo, que nos domingos em que realizam os encontros do Clube do Bolãozinho, embora elas enfatizam ser este um espaço para o descanso, há

horário para o término das atividades, uma vez que uma parte das mulheres tem horário para o retorno às casas, para realizarem atividades, geralmente, vinculadas à ordenha de leite, alimentação e manejo dos animais.

No trabalho assalariado apresentam-se os contratos informais com recebimentos diários; assalariado urbano; por tarefa (na situação da construção de casas, a entrega é realizada após a conclusão do prédio); combinadas em atividades assalariadas (diaristas) com atividades de serviços domésticos e agrícolas e pecuários; nas chácaras ou sítios para aquelas que possuem, combinadas em variadas atividades (domésticas: cuidados com pessoas especiais, alimentação, limpeza da casa; agropecuárias; de artesanato e culinária; de costura; e coletivas, como as de associativismos de natureza social, recreativa e/ou religiosa).

Todas entrevistadas são participantes do grupo de mulheres, porém diferem quanto às formas de denominação deste, algumas declaram Clube de Damas, outras Clube do Bolãozinho e outras Clube de Damas 14 de Setembro – de qualquer forma, uma organização das mulheres que merece ser melhor conhecida. No processo em que se teve contato com o Grupo do Bolãozinho de Cerro da Lola, várias questões foram formuladas pela equipe, como: Qual o exercício das formas de autonomia exercidas pelas mulheres nesse tradicional espaço? Em que contexto histórico/político/econômico surgiram esses grupos ou qual a gênese da proposta e trajetória de desenvolvimento dessa proposta recreativa/organizativa? O que faz com que eles permaneçam nas diversas conjunturas?

O tempo em que são membros do Clube do Bolãozinho varia entre 1 mês e 37 anos (dez ou 55% entre 18 e 37 anos; três ou 17% entre 8 e 3 anos e uma ou 6% dois meses) e uma (6%) declarou ser membro da diretoria do Clube. Segundo informações orais, o Clube do Bolãozinho da Linha Cerro da Lola originou-se nos anos de 1970. O bolãozinho constitui-se em um jogo, com mesa apropriada. Em todos os meses ocorre uma reunião do Clube, com a presença das associadas, que pagam mensalidades e elegem a diretoria uma vez por ano. A diretoria tem a atribuição de coordenar o jogo (quantidade de vezes por associadas) e, de acordo com o resultado das jogadas, cada uma escolhe uma prenda, que foi previamente organizada pela diretoria. No dia da eleição, geralmente no mês de setembro, há um presente especial para as associadas, como forma de acertar as contas anuais, decorrentes da arrecadação realizada com as mensalidades.

Entre as entrevistadas, uma (6%) declarou ser associada ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais; duas (11%) ao Sindicato Rural (não se

identificou se são sócias do Sindicato Rural Patronal ou do Sindicato dos Trabalhadores Rurais); uma (6%) respondeu que participa mas não soube informar de qual sindicato; duas (11%) relatou que já foram sócias do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Das que são e/ou foram sindicalizadas, o tempo variou entre 3 meses e 20 anos (uma (6%) há 20, uma (6%) 25, uma (6%) 27, uma (6%) 6 e uma (6%) 4 anos e uma (6%) 3 meses). Quanto aos partidos políticos, onze (61%) declararam que não participam e as demais não responderam.

A participação das entrevistadas em espaços coletivos se dá na igreja: todas (100%) aquelas que responderam são de religião católica e o tempo em que participam varia entre 5 e 48 anos, sendo que quatro (22%) declararam participar desde sempre, ou seja, a vida toda. As organizações coletivas estão mais diretamente relacionadas à convivência local, uma vez que poucas participam de sindicatos (merece destacar, aquelas que participam, às vezes, o fazem há muito tempo) e nenhuma é filiada aos partidos políticos.

Das dezoito mulheres entrevistadas, quatorze (77%) disseram que participam da Associação dos Moradores, sendo acrescentado por algumas daquelas que responderam: uma (6%) que vai com o pai e a mãe, uma (6%) participa da Associação de Entremeio e duas (11%) disseram que apenas participam das reuniões. O tempo de participação foi declarado ser entre 2 meses e 34 anos (uma (6%) há 34, uma (6%) 30, uma (6%) 20, três (17%) 12, uma (6%) 10, uma (6%) entre 8 e 10, uma (6%) 6 e uma (6%) 5 anos e uma (6%) 2 meses).

Existem também outros espaços de participação no local, como o Grupo de Idosos (quatro (22%) participam, sendo uma (6%) há 10 anos, uma (6%) 1 ano e duas (11%) não declararam); no Ser Prati, grupo vinculado à empresa Prati Donaduzzi (uma (6%) participa há 6 meses); uma (6%) nos Veteranos (grupo de futebol masculino que emergiu há 34 anos, em que mulheres participam como torcedoras ou organizadoras) e o Grupo de Pais, Mães e Professores da Escola São Pedro. As associações em torno da educação (escola) estão combinadas com a frequência escolar dos filhos, tendo sido observada baixa escolaridade entre as entrevistadas, o que sugere a ausência de oportunidades de educação para adultos.

No que se trata ao abastecimento de água, há um condomínio para captação por meio de um poço artesiano, que gera condições para as casas da Vila e também para algumas sitiantes: onze (61%) entrevistadas disseram que compõem o condomínio, sendo que uma (6%) destas informou

que também utiliza a água do poço; e cinco (28%) não participam do condomínio de água. Referente ao tempo de participação no condomínio, este variou entre duas décadas e meses (uma (6%) há 23, cinco (28%) 10, uma (6%) 15 e uma (6%) 8 anos e uma (6%) 2 meses).

Perguntou-se, também, sobre a captação da água e disponibilização: quatro (22%) utilizam poço artesiano (que pode ser o do condomínio); uma (6%) poço artesiano na propriedade; uma (6%) água na própria fonte; uma (6%) fonte natural do sítio; uma (6%) compra de água no poço artesiano; uma (6%) água da rua, paga por mês; uma (6%) consumo próprio encanada (provavelmente de poço artesianos) e para os animais utiliza aquela disponibilizada pela natureza; uma (6%) toda do poço artesiano, tanto consumo humano e animal (valor de um real por mil litros; se gastar mais de 25 mil litros cada mil litros vale 2 reais); uma (6%) a disponível e para consumo próprio e dos animais no condomínio; uma (6%) água da mina para os animais e poço artesiano para consumo humano; uma (6%) da mina para os suínos e do condomínio para o consumo humano; uma (6%) do poço próprio ou do poço artesiano quando falta; uma (6%) tem água de vertente que vai até caixa de água e depois vai nas casas; e uma (6%) pelo condomínio. Ou seja, o acesso à água se faz nas variadas fontes disponibilizada: condomínio, canalizada, poço, poço artesiano, fontes e rios.

Considerações finais

As relações de gênero na localidade pesquisada exprimem à sustentação da divisão sexual do trabalho, explicitando-se nas vivências das moradoras de Cerro da Lola em Toledo-PR, quer seja naquelas que tem acesso à terra ou nas que trabalham como assalariadas e diaristas. As atividades descritas pelas mulheres, que realizam para gerar renda, para complementar a renda, nas que realizam nas horas de descanso ou naquelas que realizam no associativismo, demarcam-se pela caracterização das tarefas femininas, apresentando claro viés de gênero na ocupação em suas rotinas. Em grande parte dedicam-se ao trabalho de alimentação de animais e ordenha de leite, atividades que estão ao redor da casa, pois estas combinam-se àquelas que se realizam nos espaços domésticos, como o zelo pela casa e pelos familiares e o preparo da alimentação familiar, sustentando o lugar social de gênero construído historicamente para as mulheres do campo.

A forma como realizam as atividades, às vezes, está combinada à contribuição de familiares demarcando a característica da agricultura familiar, porém observou-se que as mulheres relataram que, muitas vezes,

realizam sozinhas as atividades pelas quais são responsáveis, com exceção daquelas que exercem nos espaços associativos, sempre coletivas. Observou-se que as atividades de “proteção” social estão diretamente vinculadas às atividades femininas e mais expressivamente há ausência de política de assistência social, habitação, saúde, previdência e “proteção” social e de espaços como de educação de adultos, cultura e lazer. Mais especificamente àquelas que vivem como assalariadas rurais e prestam serviços de limpeza domésticos há ausência de qualificação para o trabalho e o emprego.

Por isto, o resultado a que chega essa pesquisa reafirma trabalhos anteriores, no aspecto de que o trabalho feminino exige a promoção do debate sobre a igualdade de gênero. Mesmo não sendo objetivo da pesquisa, no seu desenvolvimento foi possível observar que o trabalho masculino também apresenta questões complexas e que merecem ser pesquisadas. No entanto, o fato de estar centrado nos homens o exercício do papel de provedor e terem a atribuição de realizarem as atividades externas, como os contatos bancários com as cooperativas e a comercialização dos produtos, leva-os a outros níveis de sociabilidade, aos quais a mulher não é possível.

O Clube de Bolãozinho, como lugar de organização das mulheres para o lazer, demonstra o exercício do poder entre elas, pois a diretoria tem em sua coordenação a realização dos encontros mensais, o controle dos jogos e a gestão financeira, com entrada pelo pagamento de parcelas daquelas que são associadas, porém, deve ser redistribuído entre elas, em objetos que geralmente são utilitários ou decorativos para as casas.

No que diz respeito ao acesso aos direitos, observou-se mais claramente as dificuldades que as mulheres têm com relação à previdência social. Nos relatos de saúde, foi identificada a necessidade de disponibilidade de serviços acessíveis ou mecanismos que assegurem o acesso, uma vez que a unidade básica de saúde existente no local é insuficiente para o atendimento das necessidades e as agendas de serviços externos que viabilizam os atendimentos e serviços são demoradas. É necessária, também, a disponibilidade de meios apropriados de locomoção, configurando as exigências dos sistemas que compõem cada uma das políticas sociais, em especial as de seguridade social (saúde, assistência social e previdência), mas também educação, saúde, habitação e saneamento básico, entre outras. Por isto, em relação aos direitos, há conquistas a serem feitas, mas, principalmente, a garantia de acesso e de viabilização de direitos existentes; ou seja, é necessário que os serviços disponibilizados para população seja universalmente garantido e, nesse sentido, em grande medida, o transporte

adequado poderia favorecer o acesso aos direitos das mulheres do campo.

A organização do cotidiano das mulheres que moram na Linha Cerro da Lola, município de Toledo-PR está relacionada as formas de sociabilidade familiares e dos espaços coletivos existentes no território. As buscas por alternativas, como a ampliação de lazer, passam também por essas perspectivas. As políticas sociais podem servir como subsídios importantes nessas buscas, inclusive reconhecendo que parte das atividades que realizam são serviços de natureza pública.

A realidade observada encontra-se contextualizada em uma região de amplo desenvolvimento com as características de expansão do modo de produção vigente, que conta com recursos naturais de excelente qualidade como o solo e as atividades das mulheres do campo são parte do complexo agroindustrial que apresenta particularidades locais, em constante mudanças e permanências.

Referências

BRASIL. MCTI; CNPq; MDA; SPM/PR. **Chamada MCTI/CNPq/SPM-PR/MDA nº 32/2012**. Texto impresso.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: SEPM, 2008. Disponível em: <<http://spm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2008/livro-ii-pnpm-co.09.2009.pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2013.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. 2013-2015. Brasília: SEPM, 2013. Disponível em: <<http://spm.gov.br/pnpm/publicacoes/pnpm-2013-2015-em-22ago13.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2014.

BRUMER, A; ANJOS, G dos. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **Revista NERA**, Presidente Prudente, Ano 11, n.12, p. 6-17, jan./jun. 2008.

COLODEL, J.A. Cinco séculos de História. In: PERIS, A.F. (Org). **Estratégias de Desenvolvimento Regional: Região Oeste do Paraná**. 2ª. reimpressão. Cascavel: Edunioeste, 2008, Capítulo 1, p. 29-76.

DELGADO, G. **Questão Agrária e Saúde** (Material didático). Minicurso

promovido pelo CEBES na Unioeste/Cascavel, 12 a 14 jul. 2012. Mimeo.

ELGELBRECHT, M.R.; MIRALES, R. **Relações de Gênero e Agricultura Familiar**: Projeto de pesquisa, Estudo na Linha Cerro da Lola – Toledo/PR UNIOESTE/Toledo, 2012.

ENGELBRECHT, M.R. **A produção da viticultura no município de Toledo/PR**: uma experiência em construção da agricultura familiar, 2000-2010. 2012. 231 f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Estudos Pós Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

ENGELBRECHT, M.R.; FORLIN, V.; MIRALES, R.; OLIVEIRA CÂNDIDO, I de. Relações de gênero e agricultura familiar: estudo na Linha Cerro da Lola – Toledo/PR. **VII Caderno de Serviço Social**: As configurações da exploração do trabalhador no capitalismo contemporâneo, v. VII, p. 192-203, 2014.

GREGORY, V. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial**: migrações no oeste do Paraná (1940-1970). Cascavel: EDUNIOESTE, 2008. 266 p.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. A divisão sexual do trabalho revisitada. In: MARUANI, M.; HIRATA, H. (Orgs). **As novas fronteiras da desigualdade**: homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003. p. 111-123.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades**: Censo Demográfico 2010. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?codmun=412770>>. Acesso em: 23 abr. 2013.

LIMA, M. das G. de L. O debate clássico da questão agrária – Uma contribuição à compreensão do espaço agrário paranaense. In: ENDLICH, A.M.; MENDES, C.M. (Orgs). **10 anos do PGE/UEM**: Construindo o saber geográfico. Maringá: EDUEM, 2011. p.115-150.

MIRALES, R. **Violência de gênero**: dimensões da lesão corporal. Cascavel: Edunioeste, 2013. 172 p.

MINAYO, M.C. de S. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 23^a. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. 80 p.

MÜLLER, G. **Complexo Agroindustrial e Modernização da Agricultura**. São Paulo: Editora Hucitec, 1989. 149 p.

NIEDERAUER, O.H. **Toledo no Paraná**: a história de um latifúndio improdutivo, sua reforma agrária, sua colonização, seu progresso. 2^a. ed. Toledo/PR: Tolegraf, 2004.

PATEMAN, C. **O Contrato Sexual**. Trad. Marta Avancini. São Paulo: Paz e Terra, 1993, Capítulo 1, p.15-37.

PAULILO, M.I.S.O. **O Peso do Trabalho Leve**. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v.5, n.28, p.64-70, 1987.

SAFFIOTI, H.I.B. **Genêro, patriarcado, violência**. 1^a. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. 151 p.

SANT'ANA, R.S. **Trabalho bruto no canavial**: questão agrária e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2012, Capítulo 1, p. 19-64. SILVA, O. **Toledo e sua história**. Toledo: Prefeitura Municipal, 1988.

VIA CAMPESINA. **As camponesas e os camponeses da Via Campesina dizem**: basta de violência contra as mulheres. Campanha Internacional da Via Campesina: Brasília, julho de 2012.

VIEIRA, E.A. **Estado e Miséria Social no Brasil**: de Getúlio a Geisel. 4^a. ed. São Paulo: Cortez, 1995. 240 p.

WACHWICS, Ruy. **História do Paraná**. 9^a. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001, Capítulo XIX, p. 229-246.

